



**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA INGRESSO NA CARREIRA DA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
EDITAL Nº 02/2023
PROGRAMA ESPECÍFICO PARA PROVA ORAL
AGRUPAMENTO DE PONTOS**

PONTO 1

DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

Direito Penal: conceito, objeto, evolução histórica, fontes e objetivos. As escolas penais. O Direito Penal e o Estado Democrático de Direito. Concurso de crimes. Crimes contra a pessoa. Erro de execução e resultado diverso do pretendido. Leis nº 4.737/1965, nº 7.716/1989 e nº 5.478/1968. Suspensão condicional da pena e livramento condicional. Criminologia. Princípios do Direito Penal. Teoria do crime: tipicidade, ilicitude e culpabilidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Princípios processuais penais. Direito Processual Constitucional. Direitos e garantias do processo penal na Constituição da República de 1988 e nos tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil. Violência policial e racismo estrutural.

EXECUÇÃO PENAL

Teorias das finalidades da pena e execução penal. Teorias absolutas ou retributivas. Teorias relativas ou preventivas. Teorias mistas. Teoria agnóstica ou negativa da pena. Teoria redutora de danos da execução penal. História da punição e da execução penal. *Less eligibility* e Execução Penal. Natureza jurídica da Execução Penal. Objetivos da Execução Penal. Da aplicação da pena. Da reabilitação. Jurisprudência do STF, STJ e demais Tribunais Superiores em matéria de execução de penas e medidas de segurança.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constitucionalismo. História das Constituições: origens, documentos históricos constitucionais. Neoconstitucionalismos. Constitucionalismo Latino-americano e descolonização. Plurinacionalidade e Pluralismo Jurídico. Teorias da Justiça. Aportes teóricos do Direito Constitucional: conceito, origem, objeto, conteúdo, métodos, abordagens, fontes e Constitucionalização do Direito. Direito Público, Teoria Geral do Estado e Teorias Constitucionais. Direito Constitucional Internacional (ou Global), ONU, Corte Interamericana de Direitos Humanos, Agenda 2030 da ONU e Defensoria Pública no contexto do Direito Constitucional Internacional. Novos freios e contrapesos do Direito Constitucional e dos atores constitucionais no contexto da globalização. A Constituição e os influxos decorrentes de crises locais, regionais e globais. A missão constitucional da Defensoria Pública no Estado Democrático de Direito contemporâneo e globalizado. Direito e Políticas Públicas. Direito Constitucional Transnacional. Supraconstitucionalidade. Constitucionalismo multinível e as possibilidades constitucionais da Defensoria Pública. Sistemas de governo, formas de governo e formas de Estado. Direito Constitucional Internacional (ou Global), ONU, Corte Interamericana de Direitos Humanos, Agenda 2030 da ONU e Defensoria Pública no contexto do Direito Constitucional Internacional. Doutrina, jurisprudência, Resoluções e Recomendações dos Tribunais em matéria constitucional relativas ao presente edital.



DIREITOS HUMANOS E ANTIDISCRIMINATÓRIO

Teoria Geral dos Direitos Humanos. Conceito, terminologia, estrutura normativa, fundamentação. Os fundamentos filosóficos dos Direitos Humanos. A evolução histórica dos Direitos Humanos. O Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos. Normas, órgãos e mecanismos de monitoramento e proteção internacional dos Direitos Humanos; Sistema global: ONU; Sistemas regionais: europeu, interamericano e africano.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Sistema Normativo em Direito Administrativo: princípios constitucionais de Direito Administrativo. Poderes-deveres ou prerrogativas da Administração Pública. Função regulamentar e espécies normativas regulamentares da Administração Pública. Interpretação e aplicação das normas de Direito Administrativo.

DIREITO CIVIL

Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro. Lei do regime jurídico emergencial e transitório das relações jurídicas de direito privado no período da pandemia do coronavírus. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos. Dos atos ilícitos. Da prescrição e da decadência. Da prova. Lei Geral de Proteção de Dados. Marco Civil da Internet. Das disposições finais e transitórias do Código Civil. Constitucionalização do Direito Civil. Jurisprudência dos Tribunais Superiores e do TJMG, enunciados do CJF, resoluções e provimentos do CNJ, com abrangência cível e / ou empresarial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Código de Processo Civil. Processo e Constituição. A constitucionalização do Processo Civil. Princípios constitucionais do Processo Civil. Inafastabilidade do controle jurisdicional. Direitos fundamentais e processo. A conexão entre os princípios do contraditório e da fundamentação das decisões jurisdicionais. Normas de Direito Processual Civil. Natureza jurídica, fontes, princípios e garantias processuais civis, interpretação e direito processual intertemporal. Jurisdição: conceito, características, escopo, elementos, princípios e espécies. Jurisdição voluntária. Equivalentes jurisdicionais: autotutela, autocomposição, mediação, arbitragem. Competência.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

Princípios gerais do Processo Coletivo. Teoria Geral do Processo Coletivo. A evolução histórica da tutela coletiva. A Defensoria Pública e a tutela coletiva. Microssistema Processual Coletivo e diálogo de fontes.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Direito da Criança e do Adolescente: construção histórica e social das concepções de proteção, direitos e participação. Paradigmas legislativos: doutrinas da situação irregular e da proteção integral. Sistema de Garantia de Direitos. A criança e o adolescente na normativa internacional: Declaração Universal dos Direitos da Criança. Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos facultativos. As sugestões e recomendações gerais do Comitê sobre os Direitos da Criança. Normativas do CONANDA, com suas respectivas atualizações. Normativas do Conselho Nacional de Justiça relacionada à matéria de Direito da Criança e do Adolescente e respectivas



atualizações. Apuração, aplicação e execução de medidas protetivas: Direito à convivência familiar e comunitária. Programas de acolhimento institucional e familiar. Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (documento aprovado pela Resolução Conjunta CNAS e CONANDA nº 1/2009.); Orientações técnicas para elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento do Ministério do Desenvolvimento Social (2018); Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Família substituta. Família natural e família extensa. Socioafetividade. Audiência de Reavaliação e Audiência Concentrada. Provimentos 118 e 36 do CNJ. Resolução nº 289 CNJ. Curadoria Especial no Estatuto da Criança e do Adolescente. Defensor da criança: conceito, diretrizes de atuação, distinção com curadoria especial, substituição processual e *custos vulnerabilis*. Direito de oitiva e participação da criança e adolescente. Resolução nº 169 CONANDA.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Natureza jurídica das normas do CDC. Fonte de suas regras. Da relação de consumo. O sistema principiológico do CDC. Relação jurídica de consumo: sujeitos e objeto. Consumidor e fornecedor. Conceitos de consumidor: padrão e equiparado. Teorias. Conceito de fornecedor. Produtos e serviços. Lei dos planos e seguros privados de assistência à saúde (Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998). Aplicação do Código de Defesa do Consumidor pelo Superior Tribunal de Justiça.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

Evolução histórica da Defensoria Pública. Estatuto da Defensoria Pública na Constituição de 1988 e as Emendas Constitucionais 45/04, 74/13 e 80/14. Essencialidade. Limitações ao poder constituinte derivado. Competência legislativa. Autonomia funcional e administrativa. Iniciativa orçamentária.

PONTO 2

DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

Constituição e Direito Penal. Direito Penal e Direitos Humanos. Aplicação e interpretação da lei penal à luz dos direitos humanos. Tratados Internacionais de Direitos Humanos e Direito Penal. Teoria da lei penal. Lei penal no espaço. Lei penal no tempo. Lei penal em relação às pessoas. Omissão. Tipo omissivo. Contagem de prazo. Leis nº 12.850/2013, nº 10.741/2003 e Decretos-lei nº 3.688/1941 e nº 201/1967. Criminologia. Princípios do Direito Penal. Teoria do crime: tipicidade, ilicitude e culpabilidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Sistemas processuais: processo penal inquisitório e acusatório. Fontes e eficácia do Direito Processual Penal. Aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço. Interpretação e integração da lei processual penal.

EXECUÇÃO PENAL

Inserção constitucional. Princípios e direitos fundamentais relativos ao Direito de Execução Penal. Princípio da dignidade da pessoa humana. Princípio da humanização da pena. Princípio da igualdade. Princípio da individualização da pena. Princípio da legalidade estrita. Princípio da não



marginalização. Princípio da transcendência mínima. Princípio da culpabilidade. Princípio da lesividade. Princípio da proporcionalidade. Princípio do *numerus clausus*. Princípio da menor onerosidade da pena. Jurisprudência do STF, STJ e demais Tribunais Superiores em matéria de execução de penas e medidas de segurança.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Formação da Constituição e Poder Constituinte: natureza, espécies, atuação, limitações. Evolução histórica das constituições brasileiras. Constituição: conceito, sentidos sociológico, político e jurídico, concepções, fontes, classificações e elementos. Normatividade. Normas constitucionais: conceito, conteúdo, finalidade, estrutura lógica, interpretação, integração, aplicação no tempo e espaço, eficácia e aplicabilidade. Hermenêutica e hermenêutica constitucional. Interpretação constitucional: métodos, classificações, técnicas e conceitos aplicados à interpretação. Princípios de interpretação constitucional. Ativismo judicial e a concretização da Constituição. Defensoria Pública e a concretização da Constituição. Constitucionalismo Popular e Constitucionalismo Popular Mediado. Efeito Backlash. Bloco de constitucionalidade. Controle de constitucionalidade e convencionalidade. Pacto do Judiciário pelos Direitos Humanos. Supremacia da Constituição Federal. Teoria da inconstitucionalidade. Teoria da recepção. O controle difuso, incidental ou concreto da constitucionalidade. O controle concentrado, geral ou abstrato da constitucionalidade (ADI, ADC, ADO, ADPF). Técnicas de decisões nos tribunais constitucionais. Parâmetros e formação de precedentes qualificados. Representação interventiva. Reclamação constitucional. Mandado de injunção. Controle de constitucionalidade do direito estadual e do direito municipal. Efeitos e estabilidade das decisões no controle de constitucionalidade. Modificação formal da Constituição: poder reformador e suas limitações. Modificação informal da Constituição: mutações constitucionais. Direito Constitucional Internacional (ou Global), ONU, Corte Interamericana de Direitos Humanos, Agenda 2030 da ONU e Defensoria Pública no contexto do Direito Constitucional Internacional. Controle de constitucionalidade e convencionalidade. Pacto do Judiciário pelos Direitos Humanos. Hermenêutica, hermenêutica constitucional e Direito Antidiscriminatório. A Sétima Onda de Acesso à Justiça (acesso à ordem jurídica justa globalizada). Doutrina, jurisprudência, Resoluções e Recomendações dos Tribunais em matéria constitucional relativas ao presente edital.

DIREITOS HUMANOS E ANTIDISCRIMINATÓRIO

O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos (SIPDH). Estrutura, competência, funcionamento e instrumentos de proteção dos Direitos Humanos. Comissão Interamericana de Direitos Humanos e Corte Interamericana de Direitos Humanos. Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Organização Administrativa: descentralização e desconcentração. Administração direta e indireta: autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Agências reguladoras e executivas. Consórcios públicos. Entidades em colaboração com a Administração Pública: terceiro setor, entidades paraestatais, serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais (OS), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil. A organização administrativa do Estado de Minas Gerais.

DIREITO CIVIL

Das pessoas. Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Do domicílio. Estatuto da Pessoa Idosa. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Leis afetas aos registros públicos. Proteção das minorias, dos vulneráveis e dos hipervulneráveis no âmbito do direito privado. Ações afirmativas. Aspectos cíveis no direito de atenção à saúde mental. Tratamento ambulatorial, internação psiquiátrica voluntária, involuntária e compulsória. Jurisprudência dos Tribunais Superiores e do TJMG, enunciados do CJF, resoluções e provimentos do CNJ, com abrangência cível e / ou empresarial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ação: teorias, classificação, elementos, condições e cumulação. Perspectiva constitucional do direito de ação. Direito subjetivo, pretensão, ação de direito material e ação de direito processual: distinções. A Defensoria Pública no Processo Civil. Prerrogativas. Curadoria especial. Sujeitos do processo: partes, capacidade, deveres e responsabilidade por dano processual, substituição, sucessão. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros: típicas e atípicas. Processo: teorias, pressupostos processuais, atos processuais, lugar, tempo e forma dos atos processuais, prazos, comunicação dos atos processuais, distribuição e registro, valor da causa. Formação, suspensão e extinção do processo.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

Princípios gerais do Processo Coletivo. Teoria Geral do Processo Coletivo. A Defensoria Pública e a tutela coletiva. Atuação extrajudicial e autocomposição na tutela coletiva. A Defensoria Pública e a educação em direitos.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Direito da Criança e do Adolescente: construção histórica e social das concepções de proteção, direitos e participação. Paradigmas legislativos: doutrinas da situação irregular e da proteção integral. Sistema de Garantia de Direitos. A criança e o adolescente na normativa internacional: Declaração Universal dos Direitos da Criança. Convenção sobre os direitos da criança e seus protocolos facultativos. As sugestões e recomendações gerais do Comitê sobre os Direitos da Criança. Os Direitos da Criança e do Adolescente na Constituição Federal: princípios relativos à aplicação do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção dos direitos individuais, difusos e coletivos. Conteúdo integral do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto da Juventude: Lei federal nº 8.069/1990 e Lei federal nº 12.852/2013. Normativas do CONANDA, com suas respectivas atualizações. Normativas do Conselho Nacional de Justiça relacionada à matéria de Direito da Criança e do Adolescente e respectivas atualizações. Convenção sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças. Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional. Guarda, tutela e adoção. Evolução do instituto. Conceito, características e tipos. A entrega voluntária. Requisitos objetivos e subjetivos. Impedimentos. Adoção *intuitu personae*. Procedimento de perda, destituição ou suspensão do poder familiar. Infrações administrativas e sua apuração.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Características das normas e princípios aplicáveis à relação jurídica de consumo. Política Nacional de Relações de Consumo: objetivos e princípios. Direitos básicos do consumidor.



PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

Conceito, espécies e aferição da vulnerabilidade e necessidade jurídica. Hipervulneráveis. Gratuidade de justiça. Assistência jurídica e assistência judiciária. A Defensoria Pública e o patrocínio de pessoas jurídicas. Modelos teóricos de prestação da assistência jurídica e a opção brasileira. Precedentes dos Tribunais Superiores e matérias pendentes de julgamento.

PONTO 3

DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

O tipo e a tipicidade. Imputação. Causalidade. Dolo. Elementos subjetivos especiais. Culpa. Condições objetivas de punibilidade. Bem jurídico-penal. Tortura. Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes. Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura. Lei federal nº 12.847/2013. Criminologia. Princípios do Direito Penal. Teoria do crime: ilicitude e culpabilidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Investigação preliminar. Inquérito policial. Investigação defensiva. Investigação pelo Ministério Público. Investigação pelo Parlamento. Identificação criminal. Identificação de perfil genético. Juiz de garantias. Acordo de não persecução penal. Ação penal. Ação civil *ex delicto*.

EXECUÇÃO PENAL

Direito intertemporal. Aplicação da lei penal no tempo e execução penal. Lei nº 13.964/2019. Jurisdição e competência na Execução Penal. Do objeto e da aplicação da Lei de Execução Penal. Da aplicação da lei penal e processual penal na execução. Do condenado e do internado. Da classificação. Da assistência. Da assistência material. Da assistência à saúde. Da assistência jurídica. Da assistência educacional. Da assistência social. Da assistência religiosa. Da assistência ao egresso. Jurisprudência do STF, STJ e demais Tribunais Superiores em matéria de execução de penas e medidas de segurança. Do trabalho. Do trabalho interno. Do trabalho externo. Da remição da pena. Resolução nº 391/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – Estabelece procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Sistema e Princípios constitucionais: conceitos, natureza jurídica e função. Interpretação: razoabilidade e proporcionalidade. Princípios constitucionais fundamentais: preâmbulo da Constituição, soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, pluralismo político, república, federação, estado democrático de direito e separação de poderes. Princípio da igualdade: igualdade formal, proibição de discriminação, direito à diferença, políticas de distribuição e reconhecimento, igualdade material, discriminação positiva e ações afirmativas, justiça, solidariedade e desenvolvimento sustentável. Objetivos e fundamentos do Estado Brasileiro. Princípios reitores das relações internacionais do País. Valores constitucionais.



Direito Constitucional e Justiça de Transição. Direito à memória e direito à verdade. Direito Constitucional Internacional (ou Global), ONU, Corte Interamericana de Direitos Humanos, Agenda 2030 da ONU e Defensoria Pública no contexto do Direito Constitucional Internacional. Controle de constitucionalidade e convencionalidade. Pacto do Judiciário pelos Direitos Humanos. Hermenêutica, hermenêutica constitucional e Direito Antidiscriminatório. A Sétima Onda de Acesso à Justiça (acesso à ordem jurídica justa globalizada). Doutrina, jurisprudência, Resoluções e Recomendações dos Tribunais em matéria constitucional relativas ao presente edital.

DIREITOS HUMANOS E ANTIDISCRIMINATÓRIO

A incorporação dos tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos ao Direito Brasileiro. A posição hierárquica dos tratados internacionais de Direitos Humanos no ordenamento jurídico brasileiro e o controle de convencionalidade. A execução de decisões oriundas de tribunais internacionais de Direitos Humanos no Brasil. Direitos humanos, acesso à Justiça e Defensoria Pública no Brasil. População em situação de rua e moradores de vilas e favelas. Decreto federal nº 7.053/2009. Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil. Portadores de sofrimento mental. Pessoas desaparecidas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Ato administrativo: conceito, características e atributos. Elementos e requisitos de validade. Classificação e espécies. Formação e efeitos. Mérito, discricionariedade e vinculação. Extinção, revogação, invalidação e convalidação. Teoria das nulidades no Direito Administrativo. Processo e procedimento administrativo: conceito, requisitos, importância, objetivos, fases, espécies, fundamentos constitucionais. Princípios do processo administrativo. Recursos administrativos. Decadência e prescrição administrativa. Coisa julgada administrativa. O processo administrativo na legislação do Estado de Minas Gerais.

DIREITO CIVIL

Dos bens. Das diferentes classes de bens. Do direito das coisas. Da posse. Dos direitos reais. Da propriedade. Da superfície. Das servidões. Do usufruto. Do uso. Da habitação. Do direito do promitente comprador. Do penhor, da hipoteca e da anticrese. Da laje. Da função social e da boa-fé no direito das coisas. Estatuto da cidade. Regularização fundiária. Parcelamento do solo. Repercussões civis da violência doméstica. Discriminação e desigualdade de gênero. Jurisprudência dos Tribunais Superiores e do TJMG, enunciados do CJF, resoluções e provimentos do CNJ, com abrangência cível e / ou empresarial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Tutela provisória. Nulidades. Procedimento comum: petição inicial, improcedência liminar do pedido. Audiência de conciliação ou de mediação. Respostas do réu; contestação, reconvenção e revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

Princípios gerais do Processo Coletivo. Teoria Geral do Processo Coletivo. A Defensoria Pública e a tutela coletiva. Atuação judicial: ações coletivas. Ação civil pública. Ação popular. Mandado de segurança coletivo. Ação por ato de improbidade administrativa. Mandado de injunção

coletivo. Pedido de suspensão de liminar, segurança ou tutela antecipada. *Habeas corpus* coletivo.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Direito da Criança e do Adolescente: construção histórica e social das concepções de proteção, direitos e participação. Paradigmas legislativos: doutrinas da situação irregular e da proteção integral. Sistema de Garantia de Direitos. A criança e o adolescente na normativa internacional: Declaração Universal dos Direitos da Criança. Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos facultativos. As sugestões e recomendações gerais do Comitê sobre os Direitos da Criança. Os Direitos da Criança e do Adolescente na Constituição Federal: princípios relativos à aplicação do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção dos direitos individuais, difusos e coletivos. Conteúdo integral do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto da Juventude: Lei federal nº 8.069/1990 e Lei federal nº 12.852/2013. Normativas do CONANDA, com suas respectivas atualizações. Normativas do Conselho Nacional de Justiça relacionada à matéria de Direito da Criança e do Adolescente e respectivas atualizações. Regras mínimas da ONU: para Proteção dos Jovens Privados de Liberdade e para Administração da Justiça da Infância e Juventude (Regras de Beijing). Diretrizes das Nações Unidas para a prevenção da delinquência juvenil. Apuração e aplicação de medidas socioeducativas: apuração do ato infracional atribuído a adolescente. Oitiva informal. Internação provisória. A Resolução nº 369/2021 CNJ. Videoconferência. Resolução nº 330 CNJ. Aplicação de medida socioeducativa. Medidas socioeducativas em espécie. Da remissão. Dos recursos. Garantia do devido processo legal ao adolescente acusado da prática de ato infracional: acesso à justiça, ampla defesa e contraditório. Princípios aplicados. Do paradigma da proteção integral. Papel da defesa técnica. Medidas socioeducativas – natureza, tipos, aplicação, duração, prescrição. Da execução antecipada da medida socioeducativa. Resolução nº 165 CNJ. Resolução nº 367/2021CNJ. A Recomendação nº 87/2021 CNJ. Dos direitos individuais. Inimputabilidade penal decorrente da condição etária. Garantias processuais e materiais de defesa de adolescentes a quem se atribui autoria de ato infracional ou em cumprimento de medida socioeducativa. Natureza jurídica da medida socioeducativa e justiça restaurativa.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Da qualidade de produtos e serviços. Da prevenção e reparação dos danos. Da proteção à saúde e segurança. *Recall*. Responsabilidade do fornecedor. Da cadeia de fornecimento. Serviços públicos e o CDC. Desconsideração da personalidade jurídica. Teorias. Prazos decadenciais e de prescrição na relação de consumo. Garantia legal e contratual.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

A Defensoria Pública como “guardiã dos vulneráveis” (*custos vulnerabilis*) à luz da Constituição da República, do Direito Internacional dos Direitos Humanos, leis orgânicas e precedentes judiciais. A Defensoria Pública no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Integrantes da Defensoria Pública como agentes políticos de transformação social. Legitimação para Ação Direta de Inconstitucionalidade de Ato Normativo Estadual, Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidente de Assunção de Competência. Atuação no microsistema de formação de precedentes. Atuação como *amicus curiae*.

PONTO 4

DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

Ilicitude. Evolução da teoria. Causas legais e supralegais de exclusão da ilicitude. Relação entre tipicidade, antinormatividade e antijuridicidade. A parte especial do Código Penal. Crimes contra a pessoa. Lei nº 8.137/1990 e Lei nº 8.069/1990. Criminologia. Princípios do Direito Penal. Teoria do crime: tipicidade e culpabilidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Prova no Processo Penal. Prova e verdade. Elementos informativos. Meios de obtenção de prova na persecução criminal. Ônus da prova. Atribuições do juiz. *Standard* probatório. Procedimento probatório. Admissibilidade, produção e valoração da prova. Prova obtida por meio ilícito. Cadeia de custódia da prova. Prova e inteligência artificial. Prova digital. Indícios.

EXECUÇÃO PENAL

Dos deveres, dos direitos e da disciplina previstos na Lei de Execução Penal. Dos direitos não atingidos na execução. Das faltas disciplinares. Das sanções e das recompensas. Da aplicação das sanções. Do procedimento disciplinar. Artigos 614 a 705 do Regulamento e Normas de Procedimento do Sistema Prisional de Minas Gerais (ReNP). Jurisprudência do STF, STJ e demais Tribunais Superiores em matéria de execução de penas e medidas de segurança.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Direitos e garantias fundamentais: conceito, evolução, características, classificações, titularidade e destinatários, eficácia, restrições, conflitos, colisões e interpretação. Teoria geral dos direitos fundamentais. Concepções, gerações, dimensões, características, funções, limitações. Restrições de direitos fundamentais em prol do interesse coletivo. Direitos, deveres e garantias individuais e coletivos em espécie. Liberdades fundamentais, direitos civis e políticos. Direitos dos Trabalhadores. Direitos sociais. Teoria geral dos direitos sociais. Direitos sociais em espécie. Justiciabilidade e Efetividade. Políticas Públicas e Direito. Direito constitucional antidiscriminatório, feminista e inclusivo, igualdade formal e material. Proteção judicial dos direitos fundamentais: as ações constitucionais e processos constitucionais. Proteção não judicial dos direitos fundamentais: direito de resistência, desobediência civil, manifestações e direito de petição a quaisquer órgãos públicos. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil. Extradicação. Condição jurídica dos migrantes no Brasil. Direito Constitucional Internacional (ou Global), ONU, Corte Interamericana de Direitos Humanos, Agenda 2030 da ONU e Defensoria Pública no contexto do Direito Constitucional Internacional. Controle de constitucionalidade e convencionalidade. Pacto do Judiciário pelos Direitos Humanos. Hermenêutica, hermenêutica constitucional e Direito Antidiscriminatório. A Sétima Onda de Acesso à Justiça (acesso à ordem jurídica justa globalizada). Doutrina, jurisprudência, Resoluções e Recomendações dos Tribunais em matéria constitucional relativas ao presente edital.

DIREITOS HUMANOS E ANTIDISCRIMINATÓRIO

Migrantes e refugiados. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados; Convenção Internacional sobre a Proteção de Direitos de Todos os Migrantes Trabalhadores e Membros de



Suas Famílias. Lei federal nº 9.474/1997. Lei federal nº 13.445/2017. Caso Família Pacheco Tineo vs. Estado Plurinacional de Bolívia.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Negócios jurídicos celebrados pela Administração Pública: contrato, convênio, consórcio, acordo, ajuste, termo de parceria, termo de cooperação técnica e outros institutos congêneres. Conceitos, características, princípios, modalidades, formalização, garantias, prerrogativas da Administração Pública, cláusulas exorbitantes, duração, execução, alteração, inexecução, extinção, nulidades, meios de resolução de controvérsias, controle.

DIREITO CIVIL

Do direito das obrigações. Das modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações. Perdas e danos. Juros. Correção monetária. Cláusula penal. Das preferências e privilégios creditórios. Lei de locações. Bem de família. Da prescrição e da decadência. Jurisprudência dos Tribunais Superiores e do TJMG, enunciados do CJF, resoluções e provimentos do CNJ, com abrangência cível e / ou empresarial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Sentença e coisa julgada: conceito, requisitos, vícios, efeitos e modalidades da sentença. Legitimidade das decisões judiciais. Classificações da sentença e as espécies de tutelas. Sentenças não satisfativas. Tutelas específicas: tutela inibitória mandamental, tutela inibitória executiva, tutela reintegratória ou de remoção do ilícito, tutela do adimplemento da obrigação contratual na forma específica, tutela ressarcitória na forma específica, tutela ressarcitória pelo equivalente monetário. Coisa julgada: conceito, requisitos, vícios, efeitos, modalidades e classificações. Os limites subjetivos, objetivos e temporais da coisa julgada. Eficácia preclusiva. A relativização da coisa julgada.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

Princípios gerais do Processo Coletivo. Teoria Geral do Processo Coletivo. A Defensoria Pública e a tutela coletiva. Poder de Requisição. Recomendação. Poderes investigatórios. Instrumentos de participação democrática. Inquérito Civil. Termo de Ajustamento de Conduta.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Direito da Criança e do Adolescente: construção histórica e social das concepções de proteção, direitos e participação. Paradigmas legislativos: doutrinas da situação irregular e da proteção integral. Sistema de Garantia de Direitos. A criança e o adolescente na normativa internacional: Declaração Universal dos Direitos da Criança. Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos facultativos. As sugestões e recomendações gerais do Comitê sobre os Direitos da Criança. Os Direitos da Criança e do Adolescente na Constituição Federal: princípios relativos à aplicação do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção dos direitos individuais, difusos e coletivos. Conteúdo integral do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto da Juventude: Lei federal nº 8.069/1990 e Lei federal nº 12.852/2013. Normativas do CONANDA, com suas respectivas atualizações. Normativas do Conselho Nacional de Justiça relacionada à matéria de Direito da Criança e do Adolescente e respectivas atualizações. Regras mínimas da ONU: para Proteção dos Jovens Privados de Liberdade e para Administração da Justiça da Infância e



Juventude (Regras de Beijing). Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil. Execução de medidas socioeducativas. Regressão. Substituição. Detração. Extinção. Unificação. Prescrição. Direito de visitas. Do atendimento a adolescente com transtorno mental e com dependência de álcool e de substância psicoativa. A Política Nacional Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei. Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Resolução CONANDA nº 119/2006) e Lei federal nº 12.594/2012. Princípios norteadores da execução das medidas socioeducativas. Objetivos, programa de atendimento, gestor do programa de atendimento. Direito de opção pelo cumprimento de pena em unidades prisionais femininas ou masculinas pela população trans. Resolução nº 348/2020 do CNJ. CIA-BH: Resolução conjunta nº 001/2012 TJMG/PGJ/DPMG/SEDS/PCMG/PMMG/PBH. Programa de atendimento socioeducativo do Estado de Minas Gerais (Deliberação nº 01/2022 CEDCA/MG).

DIREITO DO CONSUMIDOR

Práticas comerciais: disposições gerais; oferta; a oferta e efeito vinculante da oferta publicitária; a publicidade; práticas abusivas; cobranças de dívidas. Comércio eletrônico. Práticas abusivas. Dos bancos de dados e cadastros de consumidores e fornecedores. Cadastro positivo.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

Organização da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Organograma. Constituição Estadual, Lei complementar estadual nº 65/03 e Lei complementar federal nº 80/94. Mecanismos de transparência, participação e controle social. Identidade institucional: missão, visão e valores da DPMG. A Defensoria Pública e a proteção de dados. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. A Lei de Acesso à Informação. O uso e tratamento de dados pela Defensoria Pública. Precedentes dos Tribunais Superiores e matérias pendentes de julgamento.

PONTO 5

DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

Culpabilidade. Evolução da teoria. Imputabilidade. Potencial consciência de ilicitude. Exigibilidade de conduta diversa. Causas legais e supralegais de exclusão da culpabilidade. Culpabilidade e responsabilidade. Princípio da culpabilidade. Culpabilidade e liberdade. Culpabilidade e periculosidade. Culpabilidade e vulnerabilidade. Direito Penal do fato e Direito Penal do autor. Leis nº 1.521/1951, nº 6.001/1990 e nº 8.072/1190. Criminologia. Princípios do Direito Penal. Teoria do crime: tipicidade e ilicitude.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Prisão e liberdade. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária. Prisão em domicílio. Relaxamento de prisão, liberdade provisória e revogação de prisão preventiva. Medidas cautelares alternativas à prisão. Audiência de custódia.

EXECUÇÃO PENAL

Dos órgãos da Execução Penal. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Juízo da Execução. Ministério Público. Conselho Penitenciário. Departamentos Penitenciários. Patronato. Conselho da Comunidade. A Defensoria Pública enquanto órgão da Execução Penal. Efeitos da



Lei nº 12.313/2010 na atuação da Defensoria Pública em sede de Execução Penal. A Defensoria Pública na Execução Penal. Legitimação Social. Da tutela individual e coletiva dos presos realizada pela Defensoria Pública. Dos estabelecimentos penais. Disposições gerais. Da penitenciária. Da colônia agrícola, industrial ou similar. Da casa do albergado. Do centro de observação. Do hospital de custódia e tratamento psiquiátrico. Da cadeia pública. Jurisprudência do STF, STJ e demais Tribunais Superiores em matéria de execução de penas e medidas de segurança. Das penas restritivas de direitos. Da prestação de serviços à comunidade. Da limitação de fim de semana. Da interdição temporária de direitos. Da suspensão condicional. Da pena de multa. Da extinção da pena. Jurisprudência do STF, STJ e demais Tribunais Superiores em matéria de execução de penas e medidas de segurança.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Direitos políticos e direitos de cidadania. República e Democracia: teorias democráticas, democracia antiga e moderna, democracia direta, indireta ou representativa e democracia participativa. Participação social e democracia. Mecanismos constitucionais de participação popular: plebiscito, referendo e iniciativa popular e demais formas de participação popular nos demais Poderes. Experiências brasileiras de participação e gestão democráticas: Conselhos de Direitos, Conselhos Gestores de Políticas Públicas, Conferências, Orçamento Participativo, Audiências Públicas e Consultas Públicas. Controladorias, Ouvidorias e Auditorias. Direito à voz e direito a ser ouvido. Participação no Poder Legislativo: comissões parlamentares de participação social. Representação, representatividade, lugar de fala e direito ao discurso. Movimentos Sociais. Mídia. Direito Constitucional e Direito Internacional dos Direitos Humanos. Supralegalidade e controle de convencionalidade. Efeitos de decisões e sentenças internacionais condenatórias em face do Brasil. Supremo Tribunal Federal e o uso de jurisprudência estrangeira e internacional. Direito Constitucional Internacional (ou Global), ONU, Corte Interamericana de Direitos Humanos, Agenda 2030 da ONU e Defensoria Pública no contexto do Direito Constitucional Internacional. Controle de constitucionalidade e convencionalidade. Pacto do Judiciário pelos Direitos Humanos. Hermenêutica, hermenêutica constitucional e Direito Antidiscriminatório. A Sétima Onda de Acesso à Justiça (acesso à ordem jurídica justa globalizada). Doutrina, jurisprudência, Resoluções e Recomendações dos Tribunais em matéria constitucional relativas ao presente edital.

DIREITOS HUMANOS E ANTIDISCRIMINATÓRIO

Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Conferência de Durban).

DIREITO ADMINISTRATIVO

Agentes públicos: conceito e classificação. Cargo público, emprego público e função pública. Criação e extinção de cargos e empregos públicos. Servidores públicos da Administração Pública direta, de autarquias e de fundações públicas. Regime constitucional e legal do servidor público: direitos, deveres e vedações. Ingresso no serviço público. Provimento e vacância de cargos públicos. Ações afirmativas nos concursos públicos. Estágio probatório. Servidor ocupante de cargo em comissão. Acumulação remunerada de cargos, empregos e funções. Remuneração e indenizações. Estabilidade. Progressão e promoção.

DIREITO CIVIL

Dos contratos. Dos contratos em geral. Das várias espécies de contratos. Lei de locações. Da função social dos contratos. Contratos comerciais. Compra e venda mercantil. Mandato mercantil. Perdas e danos. Juros. Correção monetária. Legislação de alienação fiduciária. Bem de família. Dos atos unilaterais. Constitucionalização do direito civil. Jurisprudência dos Tribunais Superiores e do TJMG, enunciados do CJF, resoluções e provimentos do CNJ, com abrangência cível e / ou empresarial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Dos processos nos tribunais. Ações originárias dos tribunais. Ação rescisória. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Incidente de assunção de competência. Reclamação. Meios de impugnação das decisões judiciais. Recursos: conceito, princípios, requisitos de admissibilidade e efeitos. Recursos em espécie. Reexame necessário. Mandado de segurança contra ato judicial. Teoria dos precedentes judiciais. Distinção e superação de precedentes. Repercussão geral. Súmula. Súmula vinculante. Regimento interno do TJ/MG, do STJ e do STF.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

Princípios gerais do Processo Coletivo. Teoria Geral do Processo Coletivo. A Defensoria Pública e a tutela coletiva. Legitimidade. Litisconsórcio. Intervenções nas ações coletivas.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Direito da Criança e do Adolescente: construção histórica e social das concepções de proteção, direitos e participação. Paradigmas legislativos: doutrinas da situação irregular e da proteção integral. Sistema de Garantia de Direitos. A criança e o adolescente na normativa internacional: Declaração Universal dos Direitos da Criança. Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos facultativos. As sugestões e recomendações gerais do Comitê sobre os Direitos da Criança. Os Direitos da Criança e do Adolescente na Constituição Federal: princípios relativos à aplicação do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção dos direitos individuais, difusos e coletivos. Conteúdo integral do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto da Juventude: Lei federal nº 8.069/1990 e Lei federal nº 12.852/2013. Normativas do CONANDA, com suas respectivas atualizações. Normativas do Conselho Nacional de Justiça relacionada à matéria de Direito da Criança e do Adolescente e respectivas atualizações. Plano Nacional pela Primeira Infância. Proteção à primeira infância. Proteção do nascituro. Lei federal nº 13.257/2016. Parentalidade biológica e socioafetiva, multiparentalidade, reconhecimento de paternidade. Apadrinhamento afetivo.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Proteção contratual. Cláusulas gerais dos contratos, características e aplicação. Princípios dos contratos de consumo; conhecimento prévio das cláusulas; interpretação das cláusulas dúbias; cláusulas abusivas, contrato de adesão. Direito de arrependimento. Sanções administrativas. Deveres anexos aos contratos de consumo. Revisão contratual.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

Garantias e prerrogativas. Deveres, proibições e impedimentos. Carreira. Hierarquia no âmbito interno. Regime disciplinar.

PONTO 6

DIRETO PENAL E CRIMINOLOGIA

Penologia. Fundamentos do poder de punir. Teorias da pena. Pena e Constituição. Pena e Direitos Humanos. Pena em perspectiva histórica. A economia política da pena. Dogmática da aplicação da pena. Espécies de pena. Aplicação da pena. Leis nº 6.766/1979 e nº 11.101/2005. Criminologia. Princípios do Direito Penal. Teoria do crime: tipicidade, ilicitude e culpabilidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Sujeitos processuais penais e suas atribuições. Juiz, Ministério Público, Defensoria Pública e acusado. Defesa técnica e autodefesa. Ofendido e seu representante legal. Defensoria Pública como custos vulnerabilis. Revisão criminal. *Habeas corpus*.

EXECUÇÃO PENAL

Da execução das penas em espécie. Das penas privativas de liberdade. Dos regimes. Da soma e unificação de penas. Da progressão de regime. Do livramento condicional. Da detração. Da monitoração eletrônica. Da remoção do preso. Das autorizações de saída. Permissão de saída e saída temporária.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Organização política do Estado: formação, fundamentos, desenvolvimento, evolução, soberania, globalização, comunidades internacionais, tipos, funções e diferenças. Federalismos e Estado Federal: conceito, surgimento, evolução, tipologia e características. Federações latino-americanas. Federação brasileira: componentes, repartição de competências e intervenção. União: natureza jurídica, competências e bens. Estados federados: natureza jurídica, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites. Organização regional. Municípios: natureza jurídica, criação, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites. Organização administrativa do Estado. Administração Pública: noção, princípios, normas e organização. Servidores públicos civis e militares: regime jurídico constitucional. Responsabilidade civil. Teoria dos atos jurídicos de direito público. Organização funcional do Estado. Princípio da separação dos poderes: essência, evolução, teorias, significado e atualidade. Controles interorgânicos e funções típicas e atípicas de cada poder. Poder Legislativo: funções, organização, estrutura, atribuições e funcionamento. Espécies normativas. Processo legislativo, fases e espécies normativas. Estatuto dos congressistas, imunidades e limites. Regimentos parlamentares. Reuniões e Comissões Parlamentares. Poder Executivo: sistemas de governo: presidencialismos e parlamentarismos e suas características. Presidente da República, Governadores e Prefeitos: eleição, reeleição, mandato, perda do mandato, impedimento, substituição, sucessão, vacância, imunidades, responsabilidade e atribuições. Ministros de Estado, Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. Edição de medidas provisórias. Poder de polícia. Poder regulamentar. Direito Constitucional Internacional (ou Global), ONU, Corte Interamericana de Direitos Humanos, Agenda 2030 da ONU e Defensoria Pública no contexto do Direito Constitucional Internacional. Controle de constitucionalidade e convencionalidade. Pacto do Judiciário pelos Direitos Humanos. Hermenêutica, hermenêutica constitucional e Direito Antidiscriminatório. A Sétima Onda de Acesso à Justiça (acesso à ordem



jurídica justa globalizada). Doutrina, jurisprudência, Resoluções e Recomendações dos Tribunais em matéria constitucional relativas ao presente edital.

DIREITOS HUMANOS E ANTIDISCRIMINATÓRIO

Questão racial no Brasil. Lei nº 11.645/2008. Lei nº 12.288/2010 – Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Lei nº 12.711/2012 – Lei de Cotas. ADPF 186/DF-STF. ADC 41/DF-STF. Lei nº 12.990/2014. Caso Simone André Diniz vs. Brasil. Decreto federal nº 10.932/2022. Lei nº 14.519/2023. Lei nº 14.532/2023.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Responsabilidade jurídica dos servidores públicos: civil, administrativa e penal; responsabilidade por improbidade administrativa. Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais; Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Minas Gerais. Processo Administrativo Disciplinar: marco legal e infralegal do Estado de Minas Gerais; Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, como legislação subsidiária; Termo de Ajustamento Disciplinar.

DIREITO CIVIL

Da responsabilidade civil. Funções da responsabilidade civil. Responsabilidade civil pré-contratual, contratual, pós-contratual e extracontratual. Responsabilidade civil subjetiva e objetiva. Requisitos ensejadores da responsabilidade civil. Indenização e compensação de danos. *Quantum debeatur*. Securitização. DPVAT. Repercussões civis da violência doméstica. Discriminação e desigualdade de gênero. Assédio moral. Lei do combate à intimidação sistemática (*bullying*). Constitucionalização do direito civil. Jurisprudência dos Tribunais Superiores e do TJMG, enunciados do CJF, resoluções e provimentos do CNJ, com abrangência cível e / ou empresarial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Procedimentos especiais (jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária). Processo de execução: da execução em geral. As diversas espécies de execução. Defesas do devedor e de terceiros na execução. Remissão, suspensão e extinção do processo de execução.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

Princípios gerais do Processo Coletivo. Teoria Geral do Processo Coletivo. A Defensoria Pública e a tutela coletiva. Competência. Liminares e tutelas provisórias. Custas e gratuidade.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Direito da Criança e do Adolescente: construção histórica e social das concepções de proteção, direitos e participação. Paradigmas legislativos: doutrinas da situação irregular e da proteção integral. Sistema de Garantia de Direitos. A criança e o adolescente na normativa internacional: Declaração Universal dos Direitos da Criança. Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos facultativos. As sugestões e recomendações gerais do Comitê sobre os Direitos da Criança. Os Direitos da Criança e do Adolescente na Constituição Federal: princípios relativos à aplicação do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção dos direitos individuais, difusos e coletivos. Conteúdo integral do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto da Juventude: Lei federal nº 8.069/1990 e Lei federal nº 12.852/2013. Normativas do CONANDA, com suas



respectivas atualizações. Normativas do Conselho Nacional de Justiça relacionada à matéria de Direito da Criança e do Adolescente e respectivas atualizações. Direito ao nome. Retificação de nome de adolescentes trans. Inclusão de nome ético no registro civil. Nome social. Incapacidade civil decorrente da condição etária, casamento de adolescentes, emancipação. Responsabilidade civil decorrente de ato ilícito praticado por criança e adolescente. Direito de crianças e adolescente à imagem, opinião e participação, reunião, associação, liberdade de expressão e locomoção.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Prevenção e tratamento do superendividamento. Direitos básicos do consumidor.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

Princípios Institucionais. Unidade, indivisibilidade e independência funcional. Aplicabilidade dos artigos 93 e 96, inciso II, da Constituição da República. Defensor Público natural.

PONTO 7

DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

A parte especial do Código Penal. Crimes contra o patrimônio, a propriedade imaterial, a organização do trabalho, o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Aspectos penais das Leis nº 8.078/90, nº 9.296/96 e nº 9.605/98. Criminologia. Princípios do Direito Penal. Teoria do crime: tipicidade, ilicitude e culpabilidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Citação e intimação. Comunicação de atos processuais por meio eletrônico. Jurisdição e competência.

EXECUÇÃO PENAL

Da execução das medidas de segurança. Da cessação da periculosidade. Lei nº 10.216/2001. Lei estadual de Minas Gerais, nº 11.802/1995. Resolução nº 05/2004 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) – Dispõe a respeito das Diretrizes para o cumprimento das Medidas de Segurança, adequando-as à previsão contida na Lei nº 10.216/2001. Resolução nº 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei nº 10.216/2001, no âmbito do Processo Penal e da execução das medidas de segurança. Jurisprudência do STF, STJ e demais Tribunais Superiores em matéria de execução de penas e medidas de segurança.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Poder Judiciário: funções, organização, competências e funcionamento. Estatuto da magistratura e seus princípios informativos. Garantias institucionais da função judicial. Jurisdição constitucional do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Jurisdição constitucional democrática. Súmula vinculante. Repercussão geral. Conselho Nacional de Justiça, provimentos, resoluções e recomendações. Amicus Curiae, Audiências



Públicas, Consultas Públicas, Fóruns interinstitucionais e Grupos de articulação e comissões de conciliação em políticas públicas. Funções essenciais à Justiça: Defensoria Pública. Constitucionalismo multinível e as possibilidades constitucionais da Defensoria Pública. Defensoria Pública: enquadramento constitucional, missão constitucional da Defensoria e suas diversas formas de atuação. Acesso à justiça e a Defensoria Pública. Ondas de acesso à justiça. A Sétima Onda de Acesso à Justiça (acesso à ordem jurídica justa globalizada). Defensoria Pública Demo Custos Vulnerabilis e Ombudsman. Autonomia, princípios, garantias institucionais e funcionais da Defensoria Pública. Dever do Estado. Direito Constitucional Internacional (ou Global), ONU, Corte Interamericana de Direitos Humanos, Agenda 2030 da ONU e Defensoria Pública no contexto do Direito Constitucional Internacional. Controle de constitucionalidade e convencionalidade. Pacto do Judiciário pelos Direitos Humanos. Hermenêutica, hermenêutica constitucional e Direito Antidiscriminatório. A Sétima Onda de Acesso à Justiça (acesso à ordem jurídica justa globalizada). Doutrina, jurisprudência, Resoluções e Recomendações dos Tribunais em matéria constitucional relativas ao presente edital.

DIREITOS HUMANOS E ANTIDISCRIMINATÓRIO

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; Lei Maria da Penha. Discriminação e violência de gênero. Regras de Bangkok. Caso González e outras (campo algodoeiro) vs. México.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Serviços públicos e atividade econômica do Estado: conceito, características e classificação. Competência, regulamentação e controle. Princípios. Direitos e deveres dos usuários. Serviços públicos e serviços sociais. Serviços públicos e atividade econômica. Formas de prestação e remuneração. Concessão, permissão, autorização, parceria público-privada e outras formas.

DIREITO CIVIL

Dos títulos de crédito. Disposições gerais dos títulos de crédito. Princípios dos títulos de crédito. Classificação dos títulos de crédito. Atos cambiários e os títulos de crédito. Títulos de crédito em espécie. Aspectos cíveis e empresariais na legislação especial. Cédula de crédito bancário. Duplicata. Cheque. Letra de câmbio. Nota promissória. Aspectos cíveis na tutela das minorias, dos vulneráveis e dos hipervulneráveis. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Jurisprudência dos Tribunais Superiores e do TJMG, enunciados do CJF, resoluções e provimentos do CNJ, com abrangência cível e / ou empresarial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Liquidação e cumprimento de sentença. Defesas do executado. A Fazenda Pública como parte no processo: polos ativo e passivo. Prerrogativas. Tutela antecipada, tutela específica. Ação de conhecimento e execução. A Fazenda nos procedimentos especiais. Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual. Ação Civil Pública. Juizados Especiais Cíveis. Enunciados.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

Princípios gerais do Processo Coletivo. Teoria Geral do Processo Coletivo. A Defensoria Pública e a tutela coletiva. Relação entre ações coletivas e entre ações coletivas e individuais. Litispendência. Conexão. Continência. Suspensão. Abandono da ação.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Direito da Criança e do Adolescente: construção histórica e social das concepções de proteção, direitos e participação. Paradigmas legislativos: doutrinas da situação irregular e da proteção integral. Sistema de Garantia de Direitos. A criança e o adolescente na normativa internacional: Declaração Universal dos Direitos da Criança. Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos facultativos. As sugestões e recomendações gerais do Comitê sobre os Direitos da Criança. Os Direitos da Criança e do Adolescente na Constituição Federal: princípios relativos à aplicação do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção dos direitos individuais, difusos e coletivos. Conteúdo integral do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto da Juventude: Lei federal nº 8.069/1990 e Lei federal nº 12.852/2013. Normativas do CONANDA, com suas respectivas atualizações. Normativas do Conselho Nacional de Justiça relacionada à matéria de Direito da Criança e do Adolescente e respectivas atualizações. Conselho Tutelar, Conselhos de Direito e Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução nº 139 do CONANDA. Definição, atribuições, competência, escolha dos conselheiros e impedimentos. Conselho Tutelar e a medidas de proteção de acolhimento institucional. Apuração de irregularidade em entidade de atendimento. Resolução nº 170 do CONANDA. Conselhos de Direitos e seu papel. Lei nº 8.242/91 e o Decreto federal nº 9.579/18. Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Lei estadual nº 10.501/91.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço no CDC. Responsabilidade pelo vício do produto e do serviço no CDC. Vícios de quantidade. Prazos decadenciais e de prescrição na relação de consumo. Garantia legal e contratual.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

Litigância estratégica e repetitiva. Litigantes habituais e eventuais. Direito de Acesso à Ordem Jurídica Justa. Crise do Sistema de Justiça. Efetividade. Ondas renovatórias de acesso à Justiça. Projeto Florença (relatório de Mauro Cappelletti e Bryant Garth na década de 70), Pesquisa Nacional das Defensorias e *Global Access to Justice Project*. Poder de requisição. Atuação judicial e extrajudicial da Defensoria Pública. Atuação na esfera administrativa. Precedentes dos Tribunais Superiores e matérias pendentes de julgamento.

PONTO 8

DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. *Iter criminis*. Arrependimento posterior. Crime impossível. O erro no Direito Penal. Erro de tipo e erro de proibição. Discriminantes putativas. Leis nº 13.869/2019, nº 10.826/2003 e nº 11.340/2003. Criminologia. Princípios do Direito Penal. Teoria do crime: tipicidade, ilicitude e culpabilidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Processos em espécie. Procedimento comum ordinário, sumário e sumaríssimo da Lei nº 9.099/95. Procedimento especial da Lei nº 11.343/06. Procedimento do Tribunal do Júri. Processo crime de competência originária no RITJMG e na Lei nº 8.038/90.

EXECUÇÃO PENAL

Dos incidentes de execução. Das conversões. Do excesso ou desvio. Do indulto e comutação de pena. Da prescrição. Da prescrição da pretensão executória. Do reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva em sede de execução penal. Do processo da execução penal. Do processo administrativo. Do processo judicial: do procedimento judicial. Recursos. *Habeas corpus*. Princípio do devido processo legal no âmbito da execução penal. Princípio do juiz natural. Princípio do contraditório. Princípio da ampla defesa. Princípio do duplo grau. Princípio da proporcionalidade. Princípio da publicidade. Princípio da segurança jurídica. Princípio da presunção de inocência. Princípio da responsabilidade pessoal. Princípio da Razoável duração do processo. Legislação penal e processual penal aplicável à execução penal. Demais disposições e institutos aplicáveis à Execução Penal previstos na Constituição Federal, no Decreto-lei nº 2.848/40 (Código Penal), no Decreto-lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal), na Lei nº 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos), na Lei nº 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento), na lei nº 9.455/97 (lei do crime de tortura), na Lei nº 11.343/06 (Lei de Drogas), na Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), no Decreto-lei nº 3.688/41 (Lei de Contravenções Penais), na Lei nº 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento) e na Lei nº 13.964/2023 (Lei Anticrime) e alterações posteriores. Da execução do acordo de não persecução penal. Jurisprudência do STF, STJ e demais Tribunais Superiores em matéria de execução de penas e medidas de segurança.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: estado de defesa, estado de sítio, intervenção. Forças armadas e defesa da soberania. Segurança pública, Política Penitenciária e Direito à Segurança. Sistema tributário nacional. Princípios constitucionais tributários. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Espécies tributárias. Imunidades tributárias. Repartição de competências e receitas tributárias. Finanças públicas. Normas gerais. Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica. Atuação do Estado no domínio econômico. Direitos econômicos. Política urbana e conflitos urbanos: bases, diretrizes e instrumentos constitucionais do direito urbanístico e do direito das cidades. Política agrícola e fundiária e da reforma agrária: bases, diretrizes e instrumentos constitucionais do direito agrário. Direitos dos povos e das comunidades tradicionais. Pessoas em situação de rua: bases, diretrizes e instrumentos constitucionais. Direito Constitucional Internacional (ou Global), ONU, Corte Interamericana de Direitos Humanos, Agenda 2030 da ONU e Defensoria Pública no contexto do Direito Constitucional Internacional. Controle de constitucionalidade e convencionalidade. Pacto do Judiciário pelos Direitos Humanos. Hermenêutica, hermenêutica constitucional e Direito Antidiscriminatório. A Sétima Onda de Acesso à Justiça (acesso à ordem jurídica justa globalizada). Doutrina, jurisprudência, Resoluções e Recomendações dos Tribunais em matéria constitucional relativas ao presente edital.

DIREITOS HUMANOS E ANTIDISCRIMINATÓRIO

Pessoas com deficiência e idosos: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Proteção às pessoas com deficiência física e / ou mental. Lei nº 13.146/2015. Caso Ximenes Lopes vs. Brasil. Resolução CNJ nº 487/2023. Dos direitos da pessoa idosa. Lei nº 10.741/ 2003.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Poder de polícia: conceito, fundamentos, classificações, meios de atuação, limites. Adoção de mecanismos consensuais no exercício do poder de polícia. Termos de ajuste de conduta administrativos. Termos substitutivos de sanção. Limites à delegabilidade do poder de polícia.



Responsabilidade civil-administrativa extracontratual do Estado: fundamentos e características. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade. Reparação do dano. Ação regressiva.

DIREITO CIVIL

Do direito da empresa. Do empresário. Da empresa individual de responsabilidade limitada. Da sociedade. Do estabelecimento. Dos institutos complementares. Formas empresariais unipessoais. Aspectos cíveis e empresariais na legislação especial. Discriminação e desigualdade de gênero. Racismo estrutural, institucional, interpessoal e recreativo. Lei de falências e recuperação judicial e extrajudicial. Lei da liberdade econômica. Jurisprudência dos Tribunais Superiores e do TJMG, enunciados do CJF, resoluções e provimentos do CNJ, com abrangência cível e / ou empresarial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Mandado de Segurança. Mandado de Injunção. *Habeas data*. Ação Popular. Processo eletrônico.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

Princípios gerais do Processo Coletivo. Teoria Geral do Processo Coletivo. A Defensoria Pública e a tutela coletiva. Pedido. Coisa julgada. Meios de impugnação de decisões. Prescrição e decadência.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Direito da Criança e do Adolescente: construção histórica e social das concepções de proteção, direitos e participação. Paradigmas legislativos: doutrinas da situação irregular e da proteção integral. Sistema de Garantia de Direitos. A criança e o adolescente na normativa internacional: Declaração Universal dos Direitos da Criança. Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos facultativos. As sugestões e recomendações gerais do Comitê sobre os Direitos da Criança. Os Direitos da Criança e do Adolescente na Constituição Federal: princípios relativos à aplicação do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção dos direitos individuais, difusos e coletivos. Conteúdo integral do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto da Juventude: Lei federal nº 8.069/1990 e Lei federal nº 12.852/2013. Normativas do CONANDA, com suas respectivas atualizações. Normativas do Conselho Nacional de Justiça relacionada à matéria de Direito da Criança e do Adolescente e respectivas atualizações. Direito à saúde: parto, pré-natal, imunização. Programa Nacional de Imunização. Leis nº 6.259/75 e nº 8.080/90. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) instituída pela Portaria nº 1.130/15 do Ministério da Saúde. Política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e drogas e a Portaria nº 1.190/09, do Ministério da Saúde (modelos de atenção – Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas e redes assistenciais). Portaria nº 130/12, do Ministério da Saúde (redefine o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas). Direitos de crianças e adolescentes com transtorno mental e / ou com deficiência (Leis federais nº 10.216/2001, nº 13.146/2015 e nº 12.764/2012 e decreto que a regulamenta). Rede de Atenção Psicossocial para crianças e adolescentes no âmbito do Sistema Único de Saúde. Assistência Social e Segurança alimentar: Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/93, com as alterações da Lei nº 12.435/11). Política Nacional de Assistência Social (Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 145/04 – D.O.U. 28.10.2004). Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 109/09 – D.O.U. 33.11.2009). O Direito humano a alimentação adequada, a Lei nº 11.346/2006.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Da defesa do consumidor em juízo. Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Legitimidade ativa para a propositura de ações coletivas. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Coisa julgada. Proteção contratual. Cláusulas gerais dos contratos, características e aplicação. Princípios dos contratos de consumo; conhecimento prévio das cláusulas; interpretação das cláusulas dúbias; cláusulas abusivas, contrato de adesão. Direito de arrependimento. Sanções administrativas. Deveres anexos aos contratos de consumo. Revisão contratual.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

Direitos das pessoas assistidas (Artigo 4º-A da Lei complementar nº 80/94, artigo 37, §3º, Constituição da República e Lei nº 13.460/17). Negativa de atuação. Prerrogativas. Regramento específico em leis esparsas, com destaque para os Códigos de Processo Civil e Processo Penal, Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei de Execução Penal.

PONTO 9

DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

Concurso de pessoas. Autoria e participação. Ação penal. Extinção da punibilidade. Prescrição. Crimes contra a dignidade sexual, a família, a incolumidade pública, a paz pública, a fé pública e a Administração Pública. Aspectos penais da Lei nº 11.340/2006. Criminologia. Princípios do Direito Penal. Teoria do crime: tipicidade, ilicitude e culpabilidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Emendatio libelli. Mutatio libelli. Ordem técnica e lógica das teses defensivas. Sentença penal. Efeitos. Acórdão. Nulidades.

EXECUÇÃO PENAL

Resolução nº 14/1994, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) – Regras mínimas para o tratamento do preso no Brasil. Resolução nº 5/2016, do CNPCCP – Dispõe sobre os indicadores para fixação de lotação máxima nos estabelecimentos penais. *Numerus clausus*. Resolução nº 28/2022 do CNPCCP – Estabelece diretrizes para a realização de revista pessoal em estabelecimentos prisionais e veda a utilização de práticas vexatórias para o controle de ingresso aos locais de privação de liberdade. Resolução nº 29/2022 do CNPCCP – Diretrizes para programa sobre saúde íntima e menstrual das mulheres privadas de liberdade. Resolução nº 113/2010, do CNJ. Resolução nº 474/2022 do CNJ. Jurisprudência do STF, STJ e demais Tribunais Superiores em matéria de execução de penas e medidas de segurança.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ordem social: fundamento e objetivos. Justiça social, inclusão social e participação: políticas públicas voltadas à equidade de raça e gênero, direitos LGBTQIAPN+ e das pessoas com deficiência. Seguridade social. Previdência: regime geral, regime especial e regime aplicável aos membros e servidores da Defensoria Pública. Saúde: bases, diretrizes e instrumentos constitucionais do direito sanitário. Defesa dos direitos das pessoas com transtorno mental.



Assistência, Desenvolvimento e Promoção social: bases, diretrizes e instrumentos constitucionais do direito socioassistencial. Direito à alimentação adequada e segurança alimentar. Educação: bases, diretrizes e instrumentos constitucionais do direito educacional. Cultura: bases, diretrizes e instrumentos constitucionais do direito à cultura. Defensoria Pública e processos culturais emancipadores. Ciência, tecnologia e inovação: bases, diretrizes e instrumentos constitucionais do direito tecnológico e da inovação. Inteligência artificial. Comunicação social: meios, propriedade, liberdades de expressão e opinião, regulação constitucional da mídia e mecanismos de participação. Direito Constitucional Internacional (ou Global), ONU, Corte Interamericana de Direitos Humanos, Agenda 2030 da ONU e Defensoria Pública no contexto do Direito Constitucional Internacional. Controle de constitucionalidade e convencionalidade. Pacto do Judiciário pelos Direitos Humanos. Hermenêutica, hermenêutica constitucional e Direito Antidiscriminatório. A Sétima Onda de Acesso à Justiça (acesso à ordem jurídica justa globalizada). Doutrina, jurisprudência, Resoluções e Recomendações dos Tribunais em matéria constitucional relativas ao presente edital.

DIREITOS HUMANOS E ANTIDISCRIMINATÓRIO

População LGBTQI+. Princípios de Yogyakarta. Resolução nº 01/2014, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária em Conjunto com o Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Opinião consultiva nº 24/2017 – emitida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. ADI nº 4.275/STF. Resolução nº 348/2020, do Conselho Nacional de Justiça.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Intervenção do Estado na propriedade privada: fundamentos. Função social da propriedade. Limitação administrativa, ocupação temporária, requisição, servidão administrativa, tombamento, desapropriação. Domínio público: bens públicos, espécies, classificações. Bens públicos em espécie. Regimes jurídicos. Aquisição e alienação. Uso de bem público por particular.

DIREITO CIVIL

Do direito de família. Do casamento. Relação de parentesco. Do regime de bens. Usufruto e administração dos bens de filhos menores. Dos alimentos. Lei de alimentos. Alimentos gravídicos. Investigação de paternidade. Da administração dos bens dos filhos menores. Bem de família. Da união estável. Tutela, curatela e tomada de decisão apoiada. Das entidades familiares. Da diversidade familiar e afetiva. Multiparentalidade. Leis afetas aos registros públicos. Princípios constitucionais aplicáveis às relações familiares. Jurisprudência dos Tribunais Superiores e do TJMG, enunciados do CJF, resoluções e provimentos do CNJ, com abrangência cível e / ou empresarial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Das provas. Teoria geral das provas e provas em espécie. Ação de usucapião. Usucapião como matéria de defesa. Ações da Lei de Locação de Imóveis Urbanos: despejo, consignatória de aluguel e acessórios, renovatória e revisional. Postulação e defesa. Ação de alimentos. Execução de alimentos. Lei de alimentos e disposições do Código de Processo Civil. Alimentos gravídicos. Ações declaratória e negatória de vínculo parental (em vida e póstuma).

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

Princípios gerais do Processo Coletivo. Teoria Geral do Processo Coletivo. A Defensoria Pública e a tutela coletiva. Liquidação e execução. Fundo de defesa dos direitos difusos. Processos estruturais. Processo coletivo passivo.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Direito da Criança e do Adolescente: construção histórica e social das concepções de proteção, direitos e participação. Paradigmas legislativos: doutrinas da situação irregular e da proteção integral. Sistema de Garantia de Direitos. A criança e o adolescente na normativa internacional: Declaração Universal dos Direitos da Criança. Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos facultativos. As sugestões e recomendações gerais do Comitê sobre os Direitos da Criança. Os Direitos da Criança e do Adolescente na Constituição Federal: princípios relativos à aplicação do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção dos direitos individuais, difusos e coletivos. Conteúdo integral do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto da Juventude: Lei federal nº 8.069/1990 e Lei federal nº 12.852/2013. Normativas do CONANDA, com suas respectivas atualizações. Normativas do Conselho Nacional de Justiça relacionada à matéria de Direito da Criança e do Adolescente e respectivas atualizações. Direito à Educação: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/96, com todas as alterações). Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/14). Educação Inclusiva e Educação Especial. Obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Leis federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. O financiamento da educação pública. Alimentação escolar (Lei nº 11.947/09).

DIREITO DO CONSUMIDOR

Decreto nº 5.903/2006; Lei nº 12.414, de 09 de junho de 2011; Lei complementar nº 166, de 08 de abril de 2019; Decreto nº 9.936, de 25 de julho de 2019; Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003; Lei nº 13.172, de 21 de outubro de 2015; Lei nº 14.431, de 03 de agosto de 2022; Decreto nº 11.150, de 26 de julho de 2022. Política Nacional de Relações de Consumo: objetivos e princípios.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

A Defensoria Pública e a Advocacia: distinções. Capacidade postulatória. Advocacia dativa. Natureza do vínculo com a pessoa assistida. Negativa de atuação. Honorários e Defensoria Pública. Exclusão digital e vulnerabilidade. Combate à discriminação algorítmica. Emprego de linguagem simples, inteligência artificial e do *design* em prol do acesso à justiça e melhoria da experiência no atendimento.

PONTO 10

DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

Lei nº 8.072/1990, Lei nº 9.503/97, Lei nº 9.613/1998, Lei nº 11.343/2006, Lei nº 12.850/2013, e Lei nº 14.344/2022. Criminologia. Crimes contra o Estado Democrático de Direito. Princípios do Direito Penal. Teoria do crime: tipicidade, Ilícitude e Culpabilidade.



DIREITO PROCESSUAL PENAL

Recursos. Mandado de segurança em matéria criminal. Correição Parcial no RITJMG.

EXECUÇÃO PENAL

Resolução nº 04/2014 do CNPCP – Diretrizes Básicas para Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional. Portaria Interministerial nº 1/MS/MJ, de 2 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos, “Regras de Mandela”. Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e medidas não privativas de liberdade para Mulheres Infratoras, “Regras de Bangkok”. Convenção Internacional contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes. Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica). Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura. Jurisprudência de órgãos e tribunais internacionais de Direitos Humanos em matéria de execução penal, sistema penitenciário e direitos das pessoas privadas de liberdade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ordem social: fundamento e objetivos. Justiça social, inclusão social e participação: políticas públicas voltadas à equidade de raça e gênero, direitos LGBTQIAPN+ e das pessoas com deficiência. Meio ambiente, conflitos socioambientais, recursos naturais e saneamento: bases, diretrizes e instrumentos constitucionais do direito ambiental. Defesa do Consumidor: bases, diretrizes e instrumentos constitucionais do direito consumerista. Família: bases e diretrizes constitucionais do direito das famílias e dos direitos para a diversidade sexual. Criança, Adolescente e Juventude: bases, diretrizes e instrumentos constitucionais do direito da criança e do adolescente e juventudes. Pessoa Idosa: bases, diretrizes e instrumentos constitucionais do direito intergeracional e da pessoa idosa. Povos tradicionais, bases, diretrizes e instrumentos constitucionais: povos indígenas, comunidades quilombolas, povos ciganos, população ribeirinha, comunidade de terreiro, pescadores artesanais e outros grupos tradicionais e originários. Princípios constitucionais, hermenêutica constitucional, constitucionalismo multinível. A Sétima Onda de Acesso à Justiça (acesso à ordem jurídica justa globalizada).

DIREITOS HUMANOS E ANTIDISCRIMINATÓRIO

Direitos da população indígena, comunidades tradicionais e quilombolas. Lei nº 11.645/2008. Caso do Povo Indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil. Decreto federal nº 4.887/2003. Lei nº 11.645/2008.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Licitação: conceito, natureza jurídica, objeto e finalidade. Princípios básicos e correlatos. Modalidades. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Processo de contratação direta.

DIREITO CIVIL

Dos direitos das sucessões. Da sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e partilha. Investigação de paternidade. Do casamento. Relação de parentesco. Do



regime de bens. Princípios constitucionais aplicáveis ao direito das sucessões. Repercussões civis da violência doméstica. Discriminação e desigualdade de gênero. Das disposições finais e transitórias do Código Civil. Jurisprudência dos Tribunais Superiores e do TJMG, enunciados do CJF, resoluções e provimentos do CNJ, com abrangência cível e / ou empresarial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Processo de conhecimento. Separação, divórcio direto e mediante conversão. Ação declaratória de união estável (em vida e póstuma). Separação e divórcio extrajudiciais. Assistência jurídica gratuita: aspectos processuais. Ação de desapropriação.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

Princípios gerais do Processo Coletivo. Teoria Geral do Processo Coletivo. A Defensoria Pública e a tutela coletiva. Sistema de julgamento de casos repetitivos: Incidente de resolução de demandas repetitivas. Recursos especial e extraordinário repetitivos.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Direito da Criança e do Adolescente: construção histórica e social das concepções de proteção, direitos e participação. Paradigmas legislativos: doutrinas da situação irregular e da proteção integral. Sistema de Garantia de Direitos. A criança e o adolescente na normativa internacional: Declaração Universal dos Direitos da Criança. Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos facultativos. As sugestões e recomendações gerais do Comitê sobre os Direitos da Criança. Os Direitos da Criança e do Adolescente na Constituição Federal: princípios relativos à aplicação do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção dos direitos individuais, difusos e coletivos. Conteúdo integral do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto da Juventude: Lei federal nº 8.069/1990 e Lei federal nº 12.852/2013. Normativas do CONANDA, com suas respectivas atualizações. Normativas do Conselho Nacional de Justiça relacionada à matéria de Direito da Criança e do Adolescente e respectivas atualizações. Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência (Lei federal nº 13.431/2017 – e Decreto federal que a regulamenta). Direito da criança à assistência jurídica qualificada. Resolução CNJ nº 299/2019. Lei Henry Borel (Lei federal nº 14.344/2022). Mecanismos para prevenção e violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente. *Bullying* e *cyberbullying* (Lei federal nº 13.185/2015). Convenção OIT (Organização Internacional do Trabalho) 138 e 182. Trabalho infantil, trabalho infantil doméstico, proteção no trabalho. Piores formas de trabalho infantil (Decreto federal nº 6.481/08). Violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes. Exploração sexual de crianças e adolescentes.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço no CDC. Responsabilidade pelo vício do produto e do serviço no CDC. Vícios de quantidade. Práticas comerciais: disposições gerais; oferta; a oferta e efeito vinculante da oferta publicitária; a publicidade; práticas abusivas; cobranças de dívidas. Comércio eletrônico. Práticas abusivas. Dos bancos de dados e cadastros de consumidores e fornecedores. Cadastro positivo.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

Distinção entre as funções institucionais da Defensoria Pública. Exercício da curadoria especial. Meios adequados de solução de conflitos. Educação em direitos. Precedentes dos Tribunais Superiores e matérias pendentes de julgamento.